NOTÍCIAS AFRICANAS 2

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL — 15 A 21 DE MARÇO DE 1993

ANGOLA

Unita conquista Huambo. Savimbi conclama à guerra total

Após 55 dias de combates, que provocaram cerca de 10 mil mortes e 20 mil feridos, a Unita hasteou a sua bandeira na sede do governo provincial de Huambo, a segunda cidade mais importante do país. Até o dia 9 deste mês, o governo de Luanda ainda não considerava a batalha perdida. Aviões MiG-23 continuavam os bombardeios e tropas governamentais prosseguiam, com muita dificuldade, a marcha em socorro do Huambo.

O vice-ministro das Relações Exteriores, Jorge Chicoti (ex-Unita), confirmou a continuidade dos combates e reconheceu que "nunca, salvo talvez durante a Segunda Guerra Mundial, tantas pessoas foram mortas em tão pouco tempo".

Instalações petrolíferas. Segundo a Unita, estariam em seu poder cinco mil prisioneiros, entre os quais muitos oficiais das forças governamentais. Em pronunciamento pelo rádio, Jonas Savimbi convocou todos os seus homens a pegar em armas para uma guerra total contra o governo de Angola. Ele também advertiu que destruirá as instalações petrolíferas estrangeiras instaladas no extremo Norte de Angola se as suas tropas na região forem atacadas pelas Forças Armadas de Angola.

Uma matéria do *Herald Tribune* de 10 de março analisa a situação das companhias petrolíferas e transcreve a parte final do discurso de Savimbi, no qual ele conclama o seu povo à guerra, para a qual há "uniformes, armas, munições, bombas e alimentos", visando "restaurar a dignidade do povo banto na sua terra de origem".

O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general João de Matos reconhece que a Unita possui uma "terrível máquina de guerra" e que é necessário estar preparado para uma longa luta, "que pode causar mais mortos do que os anteriores 16 anos de guerra civil" (*Financial Times*, de 10 de março).

O governo de Luanda reagiu a essa nova situação exortando a comunidade internacional a suspender o embargo de compra de armamento imposto durante os acordos de paz de Bicesse. O presidente Dos Santos argumenta que o governo "deve agir em defesa da nação e das instituições democraticamente eleitas".

No plano interno, foi aprovado pelo Parlamento um novo recrutamento para as Forças Armadas, observando-se rápida mobilização das altas patentes militares à volta do seu comando operacional no Sul, perto do porto de Benguela e dotado de excelente pista de aviação. Há indícios de que o governo pretende uma contra-ofensiva também a partir do litoral.

(José Maria Nunes Pereira)

NESTA EDIÇÃO

Angola:
- **Noticiário sobre a guerra em Angola e sobre o fracasso das conversações em Adis-Abeba (Pág. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11)**
- **Projecto de autogoverno para Cabinda (Pág. 6)**
- **A aposta em Israel (Pág. 7)**

África Austral:
- **Vicissitudes da democracia na África Austral (Pág. 8)**

África do Sul:
- **Entre o cepticismo e a esperança (Pág. 12)**

Cabo Verde
- **MpD promete surpresas (Pág. 14)**
- **Remodelação ministerial (Pág. 14)**

Moçambique:
- **ONU liberta verbas (Pág. 12)**
- **Evitar repetição de Angola (Pág. 13)**
- **Preparar participação portuguesa no processo de paz (Pág. 13)**
- **Japoneses investigam em Moçambique (Pág. 13)**

ANGOLA

Savimbi: Guerra e paz ao mesmo tempo

Após ter faltado à segunda rodada de negociações em Adis-beba, esperando a possível conquista de Huambo para aumentar o seu poder de barganha, Savimbi propôs uma reunião em Genebra com uma ordem do dia "aberta e incondicional". Em poucas palavras, isso significa a não mais observância seja dos acordos de Bicesse seja dos resultados eleitorais que deram a vitória nítida ao governo do MPLA. O que passaria a valer seria a correlação de forças militares no território nacional. A conseqüência disso seria fazer abortar a democracia em Angola e pôr em perigo a unidade nacional, embora a Unita tenha afirmado que o país é indivisível, necessitando tão-somente de considerável descentralização administrativa.

Essa descentralização é, em termos gerais, quase consensual. A questão está na credibilidade da Unita, movimento armado que nunca chegou a se adaptar ao figurino de partido político e cuja disposição belicista pode ser avaliada por declarações como a do general Ben-Ben, comandante das forças rebeldes: "Com o MPLA, a nossa conversa tem de ser obrigatoriamente de força."

Para o embaixador Antônio Monteiro, representante português na *troika* de observadores, "a batalha decisiva não se trava no Huambo mas em Washington e nas capitais ocidentais". Para ele, só resta "agora esperar, procurando travar as bravatas dos 'duros' de ambas as partes".

Entretanto, a Casa Branca ainda não definiu a sua posição quanto a Angola. Os diplomatas responsáveis pelos assuntos africanos ainda são os mesmos do governo Bush. Naturalmente, os seus principais objetivos são justificar o política do passado e condicionar a que vier. E esta deverá chegar com uma nova discussão do caso angolano no Conselho de Segurança da ONU. (JMNP)

A conexão Luanda-Telavive

O general França N'Dalu, chefiando uma delegação de altas patentes da Força Aérea Angolana, deslocou-se a Israel "para abrir caminho a um possível estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países". Os israelenses já prestam cooperação técnica à Força Aérea Angolana e o Banco Nacional de Angola tem obtido créditos em Israel de cuja destinação faz parte o setor militar.

Isso representa uma reviravolta na diplomacia de Luanda, tradicionalmente mais próxima dos árabes, especialmente da Argélia, que deu apoio no tempo da libertação. Hoje, pensa-se em fechar a embaixada de Angola em Argel. O secretário geral da ONU, o egípcio Boutros Ghali, não é figura benquista em Luanda. (JMNP)

ÁFRICA DO SUL

De volta às negociações

Com a realização, no dia 8 de março, em Joanesburgo, de uma reunião informal englobando 26 partidos e movimentos sul-africanos, inicia-se uma nova fase do processo de negociações destinado a dotar o país de uma Constituição provisória, pós-*apartheid*. A conferência formal está prevista para o início de abril.

É de salientar que participaram pela primeira vez das conversações globais o Partido Conservador, de brancos à direita do governo, e o Congresso Pan-Africano (PAC), antiga dissidência radical do ANC, o Congresso Nacional Africano.

Essa reunião é considerada um passo importante para a reativação da Codesa (Convenção para uma África do Sul Democrática), lançada no final de 1991 mas interrompida em maio de 1992 devido à continuação de atentados cometidos contra militantes do ANC por policiais e elementos do Inkatha.

Nos últimos três anos cerca de oito mil pessoas foram mortas em conseqüência desses combates. (Roquinaldo Amaral Ferreira)

Representante da ONU cancela conversações angolanas

PÚBLICO, 2.3 93

A guerra sem máscaras

Do nosso enviado
António Matos
em Adis Abeba

Após o boicote das conversações de Adis Abeba pela UNITA, os cenários do futuro não exigem muita imaginação. A guerra vai intensificar-se. Savimbi quer conquistar o Huambo para negociar mas em posição de força. E o Governo prepara-se para denunciar o acordo de cessar-fogo de Bicesse, a fim de fazer a guerra sem entraves. A UNITA ficará mais isolada no plano internacional.

Margaret Anstee, representante do secretário-geral da ONU em Angola, cancelou ontem a segunda ronda das negociações de paz de Adis Abeba, após a direcção da UNITA se haver recusado a enviar a sua delegação, alegando sempre razões de segurança.

"É realmente trágico que esta reunião crucial tenha fracassado por uma razão desta[illegible]dole", afirma Anstee em declaração lida aos jornalistas. "Muitas coisas dependiam deste encontro em Adis Abeba, a última numa série de tentativas abortadas para se estabelecer um cessar-fogo e pôr fim ao ciclo trágico de violência e morte em que mais uma vez Angola está mergulhada".

Depois de inventariar os esforços da ONU para conseguir a deslocação da delegação de Savimbi e garantir a sua segurança, Anstee anunciou, sem surpresa, o cancelamento das conversações.

As primeiras reacções não se fizeram esperar. A Grã-Bretanha e a França condenaram a UNITA pelo fracasso do processo de paz. Em Joanesburgo, o Congresso Nacional Africano lançou uma campanha para que o seu Governo "páre de apoiar a UNITA" e reconheça o resultado das eleições e o executivo de Eduardo dos Santos.

Em Luanda, o Governo angolano pediu à comunidade internacional e, em particular, aos países observadores que "assumam as suas responsabilidades e adoptem medidas apropriadas". Os observadores vão agora reunir-se para definir a sua reacção. O mesmo fará o Conselho de Segurança da ONU.

Luanda não deverá, de resto, ficar-se pelos apelos: parece disposta a denunciar o acordo de cessar-fogo assinado em Bicesse em 31 de Maio de 1991, embora salvaguardando o respeito pelo conjunto dos acordos.

O general Higino Carneiro, chefe da delegação em Adis Abeba, pediu mesmo a compreensão da comunidade internacional caso essa atitude venha a ser tomada. Este negociador admite novas conversações com a UNITA, mas só no âmbito da CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar, organismo encarregue da aplicação dos acordos de Bicesse), e adverte: "Os próximos tempos continuarão a ser de guerra".

Marcos Samondo, delegado da UNITA em Nova Iorque, presente em Adis Abeba, procurou desdramatizar colapso das conversações. Disse aos jornalistas: "Não é o fim do processo de paz. Não é possível uma solução militar. O processo de paz tem de continuar. Não hoje, nem amanhã, mas tem de continuar [...] estamos a pensar nos corredores de paz. A situação humanitária no Huambo está a ficar muito séria". E frisou que o local apropriado para conversações poderia voltar a ser Adis Abeba, apenas excluindo Luanda.

Uma sucessão de logros

O movimento de Jonas Savimbi chegara a sugerir, domingo à noite, que a sua delegação viajaria até Adis Abeba utilizando os seus próprios meios, o que acabou por não acontecer correspondendo ao cepticismo geral com que essa informação foi recebida na capital etíope. E, ainda ontem, Marcos Samondo voltou a referir a possibilidade da vinda da delegação amanhã (quarta-feira), no que foi interpretado como uma tentativa de evitar a responsabilização pelo boicote das conversações.

Na noite de domingo, Margaret Anstee exigira aos dois representantes presentes da UNITA a garantia da presença da sua delegação, sob pena de a UNITA ser "considerada responsável pelo fracasso das conversações".

A oposição armada angolana fica agora numa posição ainda mais delicada face à comunidade internacional, já que todas as razões de segurança invocadas para ter estado ausente da ronda negocial foram rebatidas pela representante de Butros-Ghali.

Anstee dissera veementemente, no sábado, não poder "imaginar que o Governo fizesse qualquer coisa que pudesse matar os elementos da delegação da UNITA", reagindo à acusação do movimento rebelde segundo a qual o Governo teria intensificado os bombardeamentos ao Huambo horas antes da partida da sua delegação.

A diplomata britânica mostrou ainda o seu desagrado por a UNITA não ter aceite o plano por ela proposto para transportar os negociadores até à capital etíope: "Estou certa de que as medidas propostas originalmente garantiriam a segurança da delegação da UNITA. Se eu não estivesse segura disso, não poria em risco as vidas do pessoal da UNAVEM" [o chefe de Estado-Maior e o chefe de operações da missão da ONU em Angola que viajariam com a delegação].

Não é, entretanto, rigoroso dizer que a UNITA não tenha estado representada em Adis Abeba. Os seus representantes em Londres, Isaías Samakuva, e em Nova Iorque, Marcos Samondo, chegaram à capital etíope na passada quinta-feira. Só que estes dois quadros não têm qualquer peso negocial. Samondo e Samakuva seriam em Adis Abeba a correia de transmissão das posições assumidas pela direcção do seu partido ao longo destes dias.

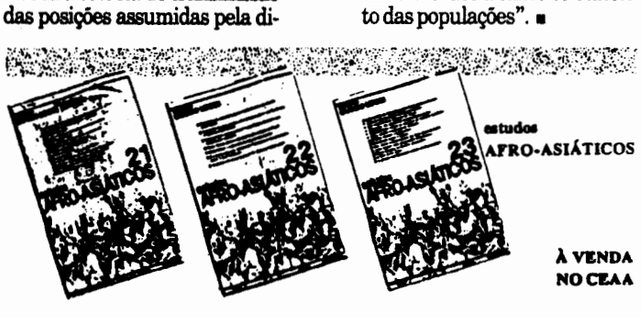
Eugénio Manuvakola e Jaka Jamba, que supostamente viajariam do Huambo, deixaram sábado à noite de entrar em contacto directo com Margaret Anstee, transmitindo as suas posições directamente aos seus representantes de Londres e Nova Iorque, instalados no Hotel Ghilow, que por sua vez telefonavam para o Hotel Hilton. Neste hotel, os embaixadores dos países observadores do processo de paz (Portugal, Rússia e Estados Unidos) chegaram a ser contactados pela UNITA ainda antes da representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, principal mediadora das negociações.

Samakuva e Samondo dirigiram-se ontem ao Hilton para uma última conversa com a delegação portuguesa, chefiada pelo embaixador António Monteiro, cujo conteúdo não seria, entretanto, revelado.

À espera do Huambo

Mas há ainda a hipótese plausível de a ausência da UNITA corresponder ao desejo de obter uma posição de força para negociar, baseada na convicção de que a importante cidade do Huambo possa ainda cair no seu controlo. Naquela cidade do Planalto Central trava-se, há cerca de 50 dias, aquela que já é considerada a mais mortífera e destruidora batalha da história de Angola.

Ninguém arrisca uma previsão para o estado em que a população e cidade estarão no momento em que puder ser iniciada a ajuda humanitária. Todos temem, porém, o pior. E a possibilidade de tréguas para que pudesse ser prestada essa ajuda era uma das questões importantes da agenda de Adis Abeba. O delegado da Cruz Vermelha em Angola deslocou-se por isso mesmo à capital etíope, de onde leva "uma grande perplexidade por não compreender que prossigam as hostilidades face a tanto sofrimento das populações". ■



Luanda sem água após novo atentado

PÚBLICO, 5.3.93

António Matos em Luanda

Um bombardeamento de longa distância, atribuído à UNITA, privou Luanda de água. Há ainda informações sobre actividade militar da UNITA em Malanje e no Cuanza Sul. Cada vez mais escassas são as informações do Huambo, onde a ajuda humanitária não deverá chegar nas próximas semanas.

Luanda voltou a estar ontem totalmente privada de água, como consequência de um bombardeamento ao complexo de captação e tratamento de águas, atribuído à UNITA, a oposição armada angolana. Os obuses acabariam por não danificar as instalações, que se situam cerca de 20 quilómetros a norte da capital angolana.

O ataque foi feito por lançamento de obuses, de uma distância que os elementos da polícia anti-motim no local calculavam entre dez a 15 quilómetros. No total, foram lançados oito bombas, das quais apenas as últimas três atingiram a área do complexo. Os primeiros quatro caíram a distâncias sucessivamente mais próximas, o que leva a supor que o bombardeamento foi feito com correcção de tiro através de algum elemento colocado na zona do alvo, ainda segundo testemunhos recolhidos no local. Um dos obuses atingiria uma cubata, causando a morte de uma mulher.

"Antes de se refugiarem em lugar seguro, os funcionários da estação do Kifangondo desligaram as condutas", explicou no local um dos elementos da segurança. A empresa distribuidora das águas admitia ser possível retomar o abastecimento durante a noite.

No espaço de seis semanas, esta foi a segunda investida do movimento rebelde contra a estação do Kifangondo. Na sequência da sabotagem de 22 de Janeiro, que deixou inutilizados os equipamentos da segunda estação (a única que se encontrava em funcionamento), a capital esteve privada de água durante mais de duas semanas. A reparação dos estragos causados aquando da primeira sabotagem foi calculada em cerca de dois milhões de dólares (cerca de 300 mil contos).

Para além das acções de sabotagem ao abastecimento de água e luz a Luanda (recorde-se que há cerca de um mês foram derrubados quatro postes de alta tensão de transporte de energia eléctrica para a capital, situação ainda não reparada), a UNITA prossegue as acções militares um pouco por todo o território. Ontem, segundo o PÚBLICO apurou de fonte militar em Luanda, o movimento rebelde ocupou a cidade da Gabela, província do Cuanza Sul.

O objectivo desta incursão seria a transferência de contingentes militares que se encontram na província do Cuanza Norte, onde escasseiam os mantimentos. A capital desta última província, N'Dalatando (ex-Salazar) foi tomada pela UNITA nos dias que se seguiram à batalha de Luanda.

Uma guerra sem testemunhas

A rádio da UNITA (Vorgan) noticiou ontem a entrada das tropas rebeldes em Malange, norte do país, passando a controlar "uma boa parte da cidade". Há cerca de dois meses, os militares de Savimbi retiraram-se desta cidade e formaram virtualmente um cerco, situação em que se mantinham há cerca de duas semanas, de acordo com o testemunho de um operador de câmara "freelancer" a trabalhar para uma cadeia suíça de televisão.

Uma fonte militar em Luanda contactada pelo PÚBLICO desmentiu, porém, que tivesse havido "nos últimos dias qualquer combate entre o Governo e a UNITA" em Malange, contrariando "sem dúvidas" a informação transmitida pela Vorgan.

Do Huambo, principal palco da "nova guerra" em Angola, as notícias são cada vez mais escassas. "Prossegue uma guerra sem testemunhas", disse ontem ao PÚBLICO o delegado da Cruz Vermelha Internacional em Luanda. Para Cristophe Harnisch, uma intervenção humanitária naquela flagelada província não deverá ser possível antes de três a quatro semanas.

A representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para Angola, depois de gorada a tentativa de diálogo Governo-UNITA, deixou ontem Luanda com destino a Nova Iorque, onde relatará a Butros-Ghali a longa história de insucesso de "Adis Abeba II". O secretário-geral da ONU fará depois uma exposição ao Conselho de Segurança, admitindo-se que a UNITA venha a merecer uma nova condenação deste organismo internacional.

Quem também ontem procurava deixar Luanda era Carlos Morgado, dirigente da UNITA recém-investido nas funções de deputado da nova Assembleia Nacional. Morgado pretendia viajar para Portugal, para estar presente no funeral do seu pai, falecido quarta-feira. Obtidas as autorizações do presidente do Parlamento angolano, do ministro da Defesa e do ministro do Interior (este quadro da UNITA encontra-se sob custódia do Governo angolano desde a batalha de Luanda), Morgado procurava ontem à tarde um lugar no voo da noite. ■

Tudo depende de Washington

PÚBLICO, 3.3.93

António Matos em Luanda

Margaret Anstee vai apresentar o seu relatório a Butros-Ghali. Este deverá propor uma nova resolução condenatória da UNITA. Mas caberá aos Estados Unidos a última palavra, numa altura em que Savimbi sobretudo aposta na sua força militar.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas deverá condenar novamente a UNITA na sua reunião da próxima segunda-feira, depois de já o ter feito em 29 de Janeiro. Com a Resolução 804, o Conselho de Segurança condenou a atitude belicista da oposição armada angolana, apelou a todos os países do mundo para que dessem todo o apoio pacífico ao novo Governo e advertiu contra a ingerência armada de outros países em Angola, numa referência ao envolvimento de forças sul-africanas e zairenses nas acções militares do movimento rebelde de Jonas Savimbi.

A questão angolana está permanentemente na agenda do Conselho de Segurança e o secretário-geral deverá propor uma nova resolução em função do relatório que será entregue ainda esta semana por Margaret Anstee. Nesse relatório, a diplomata britânica não deverá ser menos firme na responsabilização da UNITA pelo fracasso da ronda negocial de Adis Abeba, que considerou "a última de uma série de tentativas abortadas para se estabelecer um cessar-fogo" em Angola. Num tom pessimista, Anstee deixa antever que nos próximos meses a guerra vai intensificar-se no país.

Esta será a primeira consequência da ausência da oposição armada angolana naquela que seria a segunda ronda negocial para a paz em Angola promovida pelas Nações Unidas. Gorados os esforços de Margaret Anstee, representante especial de Butros Butros-Ghali em Angola, para que a delegação da UNITA viajasse até Adis Abeba, tudo pode vir a ser reanalisado: a intervenção das Nações Unidas, cujo mandato se prolonga ainda por dois meses, até 30 de Abril; o papel dos países observadores do processo de paz (Portugal, Rússia e Estados Unidos) no âmbito dos acordos de Bicesse; o tipo de relações que passarão a existir no futuro com o movimento rebelde.

A chave do problema

As respostas a estas questões, sobretudo a que diz respeito ao estatuto da UNITA, serão encontradas no âmbito

Continua na página 5

PÚBLICO, 4.3.93

Um milhão e setecentos mil refugiados em Angola

Os dividendos da guerra

António Matos
em Luanda

Os estudantes da Escola Portuguesa de Luanda lançaram uma campanha de solidariedade: "Meninos do Huambo". Uma forma de ajudar mais de um milhão de crianças que sofrem em Angola, país com a maior taxa de mortalidade infantil do mundo e onde, nos últimos quatro meses, um milhão e setecentas mil pessoas ficaram na situação de deslocados e mais de 60 mil morreram.

Em Angola existem mais de 1,7 milhões de deslocados em consequência da guerra dos últimos quatro meses, que já matou mais de 60 mil pessoas entre militares e civis — segundo fonte oficial em Luanda. As províncias do Huambo, Luanda, Benguela e Bié — onde os confrontos entre a UNITA e o Governo ganharam uma dimensão tribal que levou a Igreja de Luanda a advertir contra os riscos de um genocídio étnico — são as províncias com o maior número de vítimas.

A guerra em que o país mergulhou novamente nos últimos quatro meses, depois de o movimento de Jonas Savimbi se ter recusado a aceitar os resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro, tem vitimado sobretudo as crianças, que sofrem as consequências directas e indirectas dos confrontos. Entre os cerca de 300 mil angolanos que se refugiaram nos territórios do Zaire, da Zâmbia e da Namíbia, mais de metade são crianças.

O mais dramático indicador

No seu relatório sobre a situação da criança no mundo (ver PÚBLICO de 14 de Fevereiro), a UNICEF estima em 50 mil as crianças órfãs e abandonadas em Angola e em cerca de 800 mil as crianças e os jovens que deixaram as suas terras de origem. Mas o indicador mais dramatico é o da mortalidade infantil: a maior em todo o mundo, segundo a UNICEF. Mais de 419 crianças morrem diariamente em Angola, país que tem os tristes recordes de 170 mortes em cada mil nascimentos como taxa de mortalidade infantil e 292 mortes por mil nascimentos como taxa de mortalidade das crianças com menos de cinco anos.

Carestia

Luanda foi e continua a ser o destino de grande parte dos deslocados da guerra. Quase todos os 30 mil refugiados da província vizinha do Bengo e muitos dos que abandonaram casas, lavras e gado no Kuanza Norte, Uíge e Soyo deslocaram-se para a capital do país. Nos últimos meses, é sensível o aumento das chamadas crianças de rua.

Não se vê ainda em Luanda a mendicidade de outras capitais africanas, como Adis Abeba. Mas em todas as zonas da cidade dezenas de crianças com idades à volta dos dez anos organizam-se para prestar pequenos serviços, como lavar e guardar os carros ou escovar os sapatos, a troco de alguns kuanzas, moeda cada vez mais desvalorizada.

Só em Janeiro, os preços subiram em média mais de 30 por cento em relação ao mês de Dezembro. Bens alimentares como a cebola, o tomate e o alho duplicaram de preço, enquanto o óleo de palma, do cabaz de bens essenciais, subiu mais de 50 por cento. Em Angola, 100 mil kuanzas (cerca de 1500 escudos) é um salário muito acima da média e só dá para comprar, em alternativa, 12 litros de óleo de palma, ou 14 quilos de farinha de mandioca, ou 40 pães tipo carcaça, ou três frangos, ou quatro barras de manteiga...

Este sombrio quadro de sofrimento das crianças angolanas levou os estudantes da Escola Portuguesa em Luanda a promoverem uma campanha de recolha de roupa e alimentos e de angariação de fundos.

Chamaram-lhe "Meninos do Huambo", por ser daquela província "que chegam as notícias de maior sofrimento de crianças", diz Ana Tendinha. Começaram por dirigir a campanha à comunidade portuguesa residente na capital angolana para agora a estenderem a todos os portugueses.

Para reunir os alimentos e vestuário, estes jovens contam com o apoio da organização católica Cáritas em Portugal e em Angola. Os donativos em dinheiro deverão ser depositados na conta "Portugueses Amigos de Angola" do Banco Português do Atlântico. No território português, esta campanha está já a ser lançada nas escolas secundárias. ■

Continuação da página 4

Tudo depende de Washington

da ONU e nas consultas entre os países da "troika" de observadores. E aqui surge a importância da posição dos Estados Unidos. A vontade das Nações Unidas será sempre a vontade dos Estados — e nesta altura sobretudo a vontade dos Estados Unidos — e a posição da "troika" só terá força se reflectir o empenhamento da administração norte-americana.

Na Administração norte-americana estão ainda Herman Cohen e Jeffrey Davidow, que conduziram a política africana dos EUA da era Bush e que antes eram pontos de apoio da UNITA nas embaixadas americanas em Kinshasa (Zaire) e Lusaka (Zâmbia). Davidow deverá continuar como sub-secretário de Estado-adjunto para os Assuntos Africanos e o substituto de Herman Cohen, como secretário de Estado-adjunto da mesma pasta, só deverá ser empossado em Maio.

Não é, por isso, fácil que as prontas condenações à UNITA feitas pelos governos inglês, francês e russo, após o fracasso de Adis Abeba, venham a reproduzir-se na administração norte-americana e nos fóruns onde a opinião norte-americana prevalece. Para Davidow e Cohen, ambos simbolizando o apoio de Reagan e Bush à UNITA, estão em causa no caso de uma pronta condenação da oposição armada angolana o seu próprio prestígio diplomático e dez anos de investimento na África Austral.

O que faz correr a UNITA?

Mas não se crê, também, que a atitude da UNITA venha a mudar imediatamente com a condenação internacional do seu comportamento. Aliás, Savimbi não devia ignorar as graves consequências que adviriam para o prestígio de que ainda parece gozar em alguns países da ausência do seu movimento na ronda negocial de Adis Abeba. O que move, então, a UNITA?

Embora as suas tropas estejam disseminadas por mais de três quartos do território angolano, controlando — ou combatendo pelo controlo — de dez das 18 províncias do país, parece evidente que Savimbi apostou na conquista do Huambo. Ali concentrou, como o Governo, inúmeros contingentes de tropas e meios militares sofisticados nos últimos 50 dias, numa batalha que parece não estar próxima do fim. Para os analistas, a antiga Nova Lisboa transformara-se num trunfo para as negociações de paz. E dirigentes do MPLA (partido maioritário), como o secretário-geral João Lourenço, nunca hesitaram em dizer que se a UNITA não conquistasse o Huambo não iria à reunião de Adis Abeba. Coincidência, ou não, foi isso o que aconteceu. E, em política, o que parece é. ■

Governo angolano admite pedir ajuda militar internacional

PÚBLICO, 6.3.93

Projecto de autogoverno para Cabinda

António Matos, em Luanda

Cabinda já tem projecto de autonomia político-administrativa. Nos termos do documento a que o PÚBLICO teve acesso, o antigo protectorado poderá passar a chamar-se Comunidade de Cabinda, com bandeira, hino, escudo e parlamento próprios. O petróleo, esse continuará nas mãos do Estado angolano. Em Luanda, o Governo admite pedir ajuda militar externa para combater a UNITA.

José Eduardo dos Santos e Marcolino Moco já tomaram conhecimento do projecto de estatuto político-administrativo para Cabinda. Nos termos desse documento, a que o PÚBLICO teve acesso, o antigo protectorado português "para o exercício do seu autogoverno [...] constituiu-se em comunidade político administrativa própria no âmbito do Estado Angolano".

De acordo com a proposta elaborada com a colaboração do actual governador de Cabinda, Augusto Tomás, o enclave passaria a ser oficialmente designado por Comunidade Político Administrativa de Cabinda e o seu "autogoverno" seria designado por Conselho Superior Governativo. Na Comunidade de Cabinda falar-se-ia português e fiote, "língua própria do povo de Cabinda". Aquele território passaria ainda a ter bandeira, hino e escudos próprios, assim como um Parlamento.

Na competência exclusiva do Governo angolano continuariam, porém, as indústrias que "estiverem sujeitas à legislação de minas, hidro-carbonetos e energia nuclear". O número cinco do artigo 14º da proposta deixa ainda clara "a competência exclusiva do Estado" angolano na autorização da transferência de tecnologia estrangeira. A elaboração deste artigo visa a manutenção da indústria petrolífera do enclave nas mãos do Estado angolano. Actualmente o petróleo significa mais de 95 por cento das receitas nacionais.

O Presidente da República e o primeiro-ministro angolanos ainda não se manifestaram sobre a proposta em causa, que deverá entretanto ser discutida em Conselho de Ministros e submetida à aprovação da Assembleia Nacional. Durante a elaboração do projecto de autonomia político-administrativa, apurou o PÚBLICO em Luanda, o governador da província esteve em permanente contacto com as diferentes facções da FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.

A organização separatista — nomeadamente as suas facções Renovada, de Tibúrcio Luemba, FAC (Forças Armadas de Cabinda), de N'Zita Tiago, e Lubota, comandada por Inácio Kivila — tem reafirmado a recusa da autonomia para o antigo protectorado português. A hipótese de a Cabinda ser atribuído tal estatuto passou a ser posta com maior insistência depois de José Eduardo dos Santos ter patrocinado, em Junho do ano passado, conversações com a FLEC.

Esta tentativa do Presidente da República não seria, no entanto, bem sucedida. Peso Bambi (secretário-geral do Conselho de Supremo de Coordenação da FLEC, criado em Novembro de 1991 em Lisboa), N'Zita Tiago e Tibúrcio Luemba não reconheceram em Ranque Frank, tido por pai espiritual da FLEC, Eduardo Sozinho e Luis Gimby legitimidade para negociarem em nome do movimento separatista.

As organizações separatistas deverão pronunciar-se publicamente nos próximos dias sobre a proposta, trazendo de novo a questão de Cabinda para a ordem do dia.

Luanda admite ajuda militar

No centro das atenções em Angola continua, entretanto, o Huambo, onde o Estado Maior-General das Forças Armadas (FAA) diz terem morrido mais de 350 pessoas e terem ficado feridas outras 1500 na quinta-feira, em consequência da deflagração de dois mil obuses lançados pela UNITA. As FAA admitem que o exército rebelde tenha sido reforçado nos últimos dias com batalhões saídos de Benguela, Bié e Kuando-Kubango.

No rescaldo da lograda tentativa de diálogo com a UNITA, cuja delegação não viajou para Adis Abeba, o Governo angolano admite agora pedir a colaboração militar internacional. Quem o diz é Higino Carneiro, chefe da delegação governamental que esteve na capital etíope: "Em caso de viva ameaça à soberania da nação, o Governo vai recorrer ao artigo 51º das Nações Unidas que prevê a solicitação de ajuda militar", disse.

Em tempo de crise militar, Luanda conheceu também nas últimas semanas alguma agitação política, na sequência da desvalorização da moeda angolana em mais de mil por cento, no passado dia 4 de Fevereiro. A desvalorização, feita através de um leilão de divisas de que resultou um novo câmbio de sete mil kuanzas por dólar, em vez dos anteriores 550, fora anunciada com cinco dias de antecedência e enquadrava-se no programa de reformas económicas do Governo.

O Presidente da República disse-se surpreendido, acusou o governador do Banco de Angola, Sebastião Lavrador, e o ministro das Finanças, Salomão Xirimbimbi, de terem excedido as suas competências e demitiu-os. Ontem, decretou uma mini-remodelação do executivo de Marcolino Moco, onde Emanuel Carneiro passou do Ministério do Comércio para as Finanças, entre outras mexidas menos significativas. Para governador do Banco Nacional de Angola subiu o ex-vice Generoso de Almeida. ■

Isaías Samacuva

«Sem UNITA e Savimbi não haverá paz»

EXPRESSO, 6 3 93

REPRESENTANTE da UNITA «no exterior», Isaías Samacuva procurou em Adis Abeba defender a boa fé dos seus companheiros ausentes e o sincero desejo de paz de Jonas Savimbi. Após o cancelamento da ronda de negociações, aquele delegado defendeu que **«o diálogo deve continuar, dentro de dias ou de algumas semanas»** e que o encontro **«não foi totalmente inútil, porque permitiu contactos entre todas as partes interessadas na solução do conflito»**, que deve ser **«política»** e não poderá ser encontrada **«sem contar com a UNITA e com o dr. Savimbi»**.

Para Samacuva, o Governo de Luanda **«atingiu o seu objectivo, impedindo a UNITA de ir a Adis Abeba»**, mas **«a 'troika' é parcialmente responsável pelo que aconteceu, por ter anunciado antecipadamente que a parte julgada culpada pelo fracasso das negociações seria castigada»**.

O representante da UNITA em Londres referiu, ainda, ao EXPRESSO que **«a comunidade internacional deve compreender as preocupações de segurança da UNITA e do presidente Savimbi, porque Angola está à beira de confrontos tribais gravíssimos»**.

«Aqueles que dizem que Savimbi é o líder da ala belicista e que a sua eliminação física pode trazer a paz, estão enganados ou mentem deliberadamente, porque o que têm em vista é destruir a UNITA e todas as formas de oposição», acrescentou Samacuva, garantindo que Savimbi, na reunião que teve lugar em Dezembro, no Huambo, **«procurou conter os que queriam a guerra, mas o povo pedia armas para se defender, dizendo que em Luanda o MPLA estava a distribuir armas para massacrar a gente do Sul»**.

«É este povo que está a alimentar as nossas tropas. Não há falta de comida no Huambo, nem em outras regiões do país. Até choveu na Jamba. Quem está a dramatizar a situação é o Governo, que insiste na urgência das ajudas humanitárias para poder reabastecer os seus soldados, que se encontram cercados», adiantou ainda Samacuva. Para este representante **«o cessar-fogo não é uma questão meramente militar, mas uma decisão política que deve ser negociada juntamente com a segurança, o ordenamento do território, o acantonamento e o desarmamento das tropas e a preparação das eleições presidenciais»**.

Segundo este dirigente da UNITA, o facto de ter achado insuficientes as garantias da UNAVEM **«não pode ser interpretado como falta de vontade de negociar, nem como voto de desconfiança na ONU. Além do mais, as garantias das Nações Unidas não são cem por cento credíveis: na Bósnia deixaram assassinar um ministro muçulmano que estava sob a sua protecção»**, concluiu.

N.G.

EXPRESSO, 6 3 93

A aposta em Israel

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

FRUSTRADAS as esperanças de, a curto prazo, os angolanos poderem ver restabelecida a paz pela via do diálogo, após o fracasso de Addis-Abeba, Luanda parece decidida a virar-se para Israel, numa aposta que redundará no estreitamento significativo das relações entre os dois países, depois da visita que o general António França «N'Dalu fez esta semana a Telavive.

A deslocação do antigo chefe da delegação governamental na CCPM, à frente de uma comitiva de altas patentes militares, poderá **«abrir caminho a um possível estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países»**. Entretanto, especialistas israelitas estão já a cooperar com a Força Aérea angolana.

Esta cooperação, segundo uma fonte do Ministério da Defesa, circunscreve-se ao domínio da formação, manutenção e reabilitação da técnica aeronáutica das FAA, não havendo qualquer intenção entre as partes de dar cobertura a um eventual envolvimento de israelitas no conflito angolano. Tanto mais que, de resto, o chefe do Estado-Maior das FAA, general João de Matos, garantiu que estão a ser criadas condições para que o Governo não precise de recorrer a terceiros países para fazer face à guerra.

A delegação governamental que visitou a capital israelita levava na bagagem uma proposta de relançamento das bases para um vasto plano de recuperação de vários meios afectos à Força Aérea e à Infantaria, que já havia sido gizado há três anos pelo gabinete do então vice-ministro da Defesa Paulo Kassoma.

Neste sentido, diversas delegações militares poderão, nos próximos tempos, continuar a viajar muito discretamente para Israel, ao mesmo tempo que Luanda não esconde a sua «satisfação» pelo nível da qualidade da cooperação militar alcançada com Telavive. Para além do fornecimento de alguns equipamentos militares de pequena dimensão e da participação de especialistas israelitas na recuperação de caças, uma fonte diplomática disse que Israel tem disponibilizado linhas de crédito a Angola para compra de material de guerra a terceiros países.

Luanda afasta-se do mundo árabe

Por outro lado, uma fonte próxima da Presidência da República assegurou não restar outra alternativa senão reconhecer **«o realismo de Israel numa cooperação capaz de impulsionar o desenvolvimento de Angola, por muito que isto desagrade a muitos dos nossos velhos amigos»**. Praticamente divorciada da Líbia e mantendo uma relação de equidistância com a Tunísia, a diplomacia angolana, com o actual «namoro» que faz a Telavive, tende afastar-se gradualmente do mundo árabe, de acordo com observadores em Luanda.

A «frieza» com que, por outro lado, as autoridades oficiais avaliam o papel de Butros Ghali, secretário-geral das Nações Unidas, e a intenção de encerrar a embaixada de Angola na Argélia constituem claros indícios de que Luanda não morre de amores pelo mundo árabe.

Uma fonte do gabinete do primeiro-ministro, Marcolino Moco, disse que a atitude **«pouco clara no tratamento das partes»** de Butros Ghali faz pensar que **«ele ainda não nos perdoou a nossa posição em relação a Camp David»**.

Mas o «namoro» entre Angola e Israel está longe de se esgotar no domínio militar. Luanda está a conceder, há já algum tempo, facilidades a diversos lapidadores de diamantes israelitas para a abertura de escritórios de comercialização de pedras preciosas. **«Facilidades existem na verdade, mas com as zonas diamantíferas das províncias da Lunda Norte e Sul ocupadas pela UNITA, acabamos por ficar limitados a quase nada»**, confidenciou um israelita recentemente chegado a Luanda à procura de negócio.

O sistema de segurança domiciliária e empresarial poderá igualmente ser monopolizado pelos israelitas que já constituíram as primeiras empresas do ramo, que estão a operar em Luanda.

A TAAG, por seu lado, poderá vir a constituir uma «joint-venture» com a El-Al, que assegura já a assistência técnica a um dos Hércules da transportadora angolana. Neste sentido, prevê-se ainda para breve um incremento da cooperação com Israel no domínio da manutenção e formação de pessoal. Delegações do Banco Nacional de Angola têm-se igualmente deslocado a Telavive para a obtenção de créditos que, de acordo com uma fonte do Ministério das Finanças, têm sido utilizados para cobrir despesas, visando também dar cobertura a um vasto plano de reorganização das FAA.

Por outro lado, depois da discussão no Parlamento da lei do serviço militar obrigatório, que institucionaliza a criação da organização nacional de defesa civil, o Governo deverá continuar a incrementar a compra de material de guerra, podendo Kundi Paghama, conselheiro do chefe do Estado-Maior-General das FAA, vir a ser nomeado vice-ministro para a Defesa Civil.

«Depois do fracasso de Adis-Abeba, temos agora mais legitimidade para comprar armas a quem quer que seja», disse um membro do gabinete do Ministério da Defesa. De acordo com o referido funcionário, Luanda procedeu já à encomenda de novos helicópteros à CEI.

Higino Carneiro

EXPRESSO, 6 3 93

«Repor a UNITA e Savimbi no seu lugar»

EM ADIS ABEBA, o general Higino Carneiro, porta-voz e cabeça visível da delegação governamental angolana, jogou a carta da moderação e da diplomacia. Em declarações ao EXPRESSO, reafirmou a posição oficial de Luanda segundo a qual **«a UNITA foi responsável pelo fracasso da reunião, porque decidiu não comparecer alegando motivos que não foram considerados válidos pelos observadores, nem pela UNAVEM, nem pela representante do secretário-geral da ONU»**, e disse que **«cabe agora esperar que a tróica e a ONU cumpram o seu papel»**.

Higino Carneiro disse aguardar que os três países observadores, e nomeadamente os Estados Unidos, concretizem **«as medidas que a tróica tinha analisado para o caso de uma das partes não cumprir as condições, enumeradas na Declaração de Lisboa, e que só não foram discutidas em Adis Abeba porque a UNITA não compareceu»**. Em relação à ONU, disse que **«deve reunir-se o mais rapidamente possível»** para **«condenar veementemente quem falhou e ajudar quem merece»**.

Estas e outras declarações públicas do general Higino Carneiro, segundo as quais **«o cessar-fogo, que constitui uma parte dos Acordos de Bicesse, deveria ser suspenso, tendo em conta a situação de guerra, de forma a permitir ao Governo de Angola agir em defesa da Nação e das instituições democraticamente eleitas»**, foram interpretadas como um pedido de levantamento do embargo à venda de armas a Luanda. Mas, falando ao EXPRESSO, Higino Carneiro rectificou esta interpretação excessivamente **«belicista»**.

Salientou que o seu Governo precisa de meios para se defender até ser encontrada uma solução política e que a comunidade internacional deve ajudar o Governo de Angola a resolver a crise que surgiu **«quando um dos signatários de Bicesse enveredou pelo caminho da guerra, não aceitando o resultado das eleições»**.

Por outras palavras, trata-se de **«repor a UNITA e o dr. Savimbi no seu lugar»**. **«Estamos abertos — acrescentou — a todas as iniciativas e analisaremos todas as propostas para continuar o diálogo.»**

Quando, como e onde, são questões difíceis, até porque, segundo Higino Carneiro, **«Savimbi isolou-se. Antes não falava com o Governo nem com os observadores, agora também deixou de falar com a senhora Anstee. Se a UNITA não confia na ONU, a organização de maior prestígio internacional, não vejo que possa dar mais garantias. Em quem acreditará o dr. Savimbi? Em Deus? No Diabo? Não sei!»**

N.G.

Não deixe de assinar

NOTÍCIAS AFRICANAS

Uma seleção criteriosa de recortes das principais notícias sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e sobre a África Austral publicadas nos jornais

Comentário

João Ferraz, em Maputo

PÚBLICO, 4.3 93

Vicissitudes da democracia na África Austral

APÓS a descolonização, a Africa Austral experimentou regimes monopartidários e, falidos estes, aceitou como bom modelo a democracia pluripartidária. Mas ainda esta não foi experimentada e já é posta em causa por alguns dos que a invocavam, em nome das realidades africanas.

Diga-se para começar que a democracia ocidental não tem tradição na África Austral e que, para a esmagadora maioria da população, em fase muito atrasada de desenvolvimento, "democracia" é uma palavra sem significado.

A fase das independências trouxe, em quase todos os países da região, regimes monopartidários de tendência socializante. Nuns casos mais, noutros menos. E os novos poderes introduziram novos sistemas de governação. Umas vezes mantendo os antigos e criando outros paralelos, outras vezes abolindo, de modo mais ou menos radical, o que havia, para instalar novas formas.

E aqui cabe uma referência às chamadas "autoridades tradicionais", formas de uma certa aristocracia pré-colonial que sobreviveu durante a ocupação europeia, como camada mais baixa da administração colonial, fazendo a ligação entre a sociedade e as leis do colono, entre a tradição e modos de viver da população. Uns pertencendo às linhagens antigas. Outros nomeados fora da linhagem ao sabor do interesse da potência administrante.

Após as independências, foi posto em causa o papel destas autoridades tradicionais. Alguns países mantiveram-nas, com funções cada vez mais protocolares, a par das novas estruturas administrativas implantadas de novo. Outros países, como é o caso de Moçambique, por exemplo, aboliram-nas, sob o argumento de que, na sua esmagadora maioria, tinham sido colaboracionistas com a potência colonial.

Mas, mantendo-se ou não as autoridades tradicionais, o sistema governativo foi sendo exercido pelas novas estruturas. E, em vários países, isso significava a introdução daquilo a que os governos chamavam "democracia unipartidária". Tratava-se de um sistema em que, a todos os níveis, desde a localidade ao conjunto do país, se realizavam regularmente eleições, mas apenas com candidatos provenientes do mesmo partido. Numa primeira fase com um único candidato para cada posto a eleger; numa segunda fase, com vários, para permitir alguma escolha.

Depois da guerra fria

A crise e, depois, o fim da guerra fria alteraram profundamente esta situação. Em Angola e Moçambique, esta nova fase encontrou já situações de violência generalizada, com os respectivos governos a defenderem a sua "democracia unipartidária" e os movimentos rebeldes, UNITA e Renamo, respectivamente, afirmando lutar por uma democracia multipartidária.

Noutros países, os processos foram mais pacíficos, como é o caso da Zâmbia e da Tanzânia. No Zimbabwe, a situação, aparentemente diferente, acaba por ser semelhante aos demais, porque, embora seja uma democracia multipartidária desde a independência, a maioria do partido governamental é de tal forma esmagadora que funciona, na prática, como um partido único. De forma mais aberta, o mesmo se passa no Botswana e na Namíbia.

De maneiras diferentes, portanto, os vários países foram chegando à democracia multipartidária, aceite de bom ou mau modo. Na África do Sul, a libertação de Nelson Mandela e as reformas de Frederik de Klerk foram apontando também, cada vez mais, para uma solução do tipo "um homem — um voto" num Estado unitário.

As pressões internacionais foram determinantes para isso. O Ocidente, aparente vencedor da guerra fria, impunha o seu sistema. Só que, na Africa Austral, as coisas parecem não estar a ser assim tão simples.

A Zâmbia foi, para o Ocidente, um bom começo. A transição para a democracia multipartidária levou ao poder a oposição e o governo socializante de Kenneth Kaunda aceitou os resultados das urnas.

Já em Angola as coisas se passaram de modo totalmente diferente. Contrariando as expectativas do próprio e dos seus apoiantes ocidentais, Jonas Savimbi foi claramente derrotado nas eleições. E recomeçou a guerra.

O Ocidente, que tantas vezes lhe chamou "democrata", ficou sem saber o que fazer. Não esperaria, primeiro, a derrota da UNITA e, depois, uma reacção tão pouco democrática a uma derrota eleitoral. Os receios passam, imediatamente, para Moçambique, onde, à partida, a Frelimo aparece como o partido favorito e onde os pergaminhos democráticos da Renamo são bastantes inferiores aos que a UNITA ostentava.

Na África do Sul, a fatia mais apetecida do bolo austral de África, todas as sondagens anunciam a vitória, por larga margem, do Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela.

E é neste panorama que começa a surgir uma nova corrente, tanto em África como em meios diplomáticos ocidentais. Baseando-se na ideia de que os africanos não estão preparados para a democracia de tipo ocidental e esquecendo que esse modelo foi praticamente imposto como o único modelo aceitável, começa a campear a ideia de uma partilha do poder decidida nas mesas de conversações, independentemente dos resultados eleitorais.

Essa ideia, lançada por Roelof "Pik" Botha para Angola quando se disparavam os primeiros tiros da nova guerra, aparece como decisão secreta de encontros entre o Governo sul-africano e o ANC e começa a ser difundida como forma de prevenir em Moçambique uma situação do tipo angolano. Retirando aos vencedores previsíveis das eleições a possibilidade de usar o poder, ganho democraticamente, como melhor entenderem, esta solução impõe, à partida, a coabitação governativa entre os principais contendores, seja qual for o equilíbrio ou desequilíbrio que se venha a registar nas urnas.

Deturpação completa da filosofia democrática ocidental e inaceitável em qualquer país da Comunidade Europeia ou nos Estados Unidos, esta nova doutrina poderá vir a ser a solução imposta pela comunidade internacional para os problemas da região. Como impostos foram antes, pela URSS ou pelo Ocidente, o modelo monopartidário e o sistema pluripartidário.

Por isso não é arriscado pensar que, se a esmagadora maioria da população da África Austral não sabe o que é democracia, também não será a curto prazo que o vai saber. ■

The battle for Huambo

HERALD TRIBUNE, 10.3.93

HELICOPTER pilots say they can smell the rotting corpses at 1,500 metres. It is not surprising. This is summer in southern Africa, and the battle for Huambo, tucked away from the world's television cameras in Angola's central highlands, is the goriest fight anywhere in the world. Since January there has been no running water or electricity in this city of 400,000 people. Whole neighbourhoods have been squashed flat by shelling. After two months of fighting, the government puts the death toll at 10,000.

Like many infamous battles, the one for Huambo has more symbolic than strategic significance. This is a city of the Ovimbundu, the people who give Jonas Savimbi's UNITA movement its main support. In the election last September to mark the end of Angola's long civil war, the nation as a whole voted by a small majority in favour of the MPLA government of President Eduardo dos Santos. But Huambo gave UNITA a margin of four votes to one, and Mr Savimbi seems determined to wrest the town from government forces before talking peace terms. He may not talk even then.

On February 28th, while shells crashed into Huambo, UN diplomats were half a continent away in Addis Ababa, drinking at the poolside bar of the Hilton hotel and awaiting the UNITA delegation to promised peace talks. The delegation never arrived. Margaret Anstee, head of the UN's mission, was woken several times during the night to be told why, on a crackling satellite telephone from the Angolan bush. Mr Savimbi, it seems, did not trust the meticulous arrangements she had made to get his negotiators safely out of Angola. She said she was bitterly disappointed.

Mr Savimbi may prefer to talk once he has scored a victory. At present the fighting in Huambo is certainly going his way. Some 5,000 UNITA fighters have pushed 3,000 government men into a confined area near the governor's palace. The Angolan air force, flying from bases at Luanda and Catumbela (see map), is strafing UNITA positions, and a relief column of 3,500 troops is heading towards the city from Benguela. But UNITA has attacked and delayed the column at the bridge in Ganda, about 150 kilometres (95 miles) west of Huambo. UNITA has apparently had an easier time supplying its own forces from eastern Bie.

Huambo is only the biggest of several simultaneous battles. The cities of Menongue to the south and Kuito to the east have also been swallowed up in the fighting. The government has command of the provincial capitals of N'dalatando, Luena, Saurimo and Malanje. But all of them are under siege: UNITA forces have cut the roads and shelled their airfields. Mr Savimbi has in effect deprived the government of control of about three-quarters of Angola,

Continua na página 9

Continuação da página 8

The battle for Huambo

including the diamond-rich provinces of Lunda Norte and Sul.

The Atlantic ports of Namibe, Benguela, Lobito and Sumbe are more firmly in government hands. So is the capital, Luanda. But the roads between them are not passable. In Luanda itself supplies of electricity and water, and its communications facilities, are vulnerable to sabotage. UNITA's control of Caxito, a mere 60 kilometres from the capital, enabled it to sever Luanda's water supply for a fortnight. Mr Savimbi also controls the northern cities of Soyo, M'banza Congo and Uige, even though he has no tribal support in these northern cities and they are far away from his southern bases. The presumption is that supplies, from somewhere, are reaching his men through Zaire.

Most cities are swollen with refugees, and cut off from their usual sources of food in the countryside. Starvation is reported from Luena. The United Nations World Food Programme, the only international aid agency still doing anything, predicts that 3m Angolans will be short of food within six months. It has chartered Russian aircraft to fly emergency rations into the beleaguered cities, no matter which side is in control. But UNITA opposes these flights: starvation, after all, is a weapon.

It will not be easy to end this grisly war. The main unknown is what Mr Savimbi's intention is. It appeared at first that, having failed in the elections, he wanted to divide Angola and rule the south, where the Ovimbundu predominate. Another possibility is that he intends to negotiate a power-sharing deal with Mr dos Santos, once he has demonstrated his power on the battlefield. But defectors from UNITA, who have taken up places in the new parliament in Luanda, report that his real ambition is to make himself president of the whole country.

Neither side seems within reach of a quick military victory. Their armies are spread thinly across Angola's vast territory. The government, having shown more zeal in demobilising its army before the election, is slightly outnumbered. It can field about 20,000 soldiers, as well as 4,000 "emergency police". These men, newly trained and armed by Spain, are reputed to be such fierce fighters they are popularly known as *ninjas*. UNITA has between 30,000 and 50,000 men under arms. But the government has the benefit of an air force.

Both sides have committed atrocities. Survivors say that UNITA executes government employees, aid workers, whites and mulattos in the cities it captures. The MPLA dishes out arms to civilians, who go on deadly *limpeza* (cleansing) sprees, in which many Ovimbundu are casually slaughtered as "UNITA supporters".

If Mr Savimbi wins Huambo, his next target could be Lobito, where he has a history of support. It is just possible that reverses in the countryside, coupled with a sabotage campaign inside Luanda, could prevent Mr dos Santos from supplying the government's provincial enclaves and so bring about the government's collapse. Another possibility is that, slowly and bloodily, the government will gain ground, boosting its fighting strength by conscription in the cities and applying its oil revenues to the purchase of weapons. Either way, the outlook is for fighting throughout 1993.

Compromise would be better. But the would-be mediators are beginning to lose their grip on the conflict. The UN monitors are due to leave Angola at the end of April. The Americans appear to have little contact, and still less influence, with Mr Savimbi, their former protégé. President Clinton has taken no steps to recognise the government in Luanda. Television pictures of the horrors could galvanise world opinion. By then it will be too late for thousands of Angolans.

As armas continuam a falar em Angola apesar dos beligerantes reafirmarem que querem negociar, mesmo que continuem a esconder algumas cartas

EXPRESSO, 6 3 93

Cartas voltam à mesa

Micaio Guerdiola enviado a ADDIS-ABEBA

ENQUANTO as capitais ocidentais analisam as consequências do fracasso de Adis Abeba e procuram um consenso quanto às medidas a tomar, o único diálogo possível em Angola é — e vai continuar a ser nos tempos mais próximos — o das armas.

Segundo fontes militares governamentais citadas pelos órgãos de comunicação oficiais, os combates voltaram a intensificar-se no Huambo, famílias inteiras de brancos e mulatos foram chacinadas na Caala, e a UNITA bombardeou a estação de Quifandongo, que abastece Luanda de água.

Não há fontes independentes que confirmem ou desmintam estas informações, que podem ser interpretadas como uma forma de pressão sobre a comunidade internacional, a ONU e os observadores dos acordos de Bicesse, para os convencer a ceder às pressões do Governo de Luanda no sentido de serem adoptadas as sanções prometidas contra a organização de Savimbi.

Margareth Anstee continua sem notícias da UNITA e, até à próxima semana, altura em que deverá ir a Nova Iorque apresentar o seu relatório ao secretário-geral da ONU, não é de esperar qualquer decisão do Conselho de Segurança.

A situação em Angola foi objecto de uma reunião no Departamento de Estado norte-americano, na qual participou o embaixador Edmund Dejarnette, observador dos acordos de Bicesse em Luanda, mas a Casa Branca ainda não clarificou a sua posição. Segundo uma fonte diplomática portuguesa, **«a nova Administração ainda não definiu a sua posição quanto a Angola, e os membros da anterior Administração que permanecem em funções só têm dois objetivos: justificar a política seguida no passado e condicionar a que vier».**

Segundo opiniões ouvidas pelo EXPRESSO na capital etíope, o verdadeiro motivo que impediu a delegação «do interior» de se deslocar a Adis Abeba foi a falta de instruções precisas de Savimbi. Embora minimizando a importância deste «pormenor», Isaías Samakuva confirmou **«não ter falado com o 'mais-velho' nas últimas três semanas».** Pelo contrário, o representante da UNITA parecia estar bem informado sobre as intenções do Departamento de Estado e afirmou ter **«indicações seguras de que os EUA se iriam opor à adopção de sanções contra a UNITA».**

As vantagens do diálogo

Apesar de tudo, em Adis Abeba, os três observadores tiveram oportunidade de explicar «longamente» aos delegados da UNITA **«as vantagens políticas de voltar ao diálogo».**

«Se Savimbi pensou trocar Bicesse pela ONU e fazer transitar as negociações de paz para o Conselho de Segurança, julgando que este lhe seria mais favorável, a rejeição unânime dos argumentos invocados para justificar a ausência dos seus representantes e a condenação firme saída de Adis Abeba deve ter sido um balde de água fria», comentou um membro da delegação portuguesa.

Segundo nos disse um alto dirigente africano da ONU em Adis Abeba, **«esta condenação é irreversível»**, e agora que a comunidade internacional reconheceu os resultados das eleições, **«a CCPM é o único organismo onde a UNITA pode ainda negociar directamente e em pé de igualdade com o Governo de Eduardo dos Santos».**

«Agora Savimbi vai ter de dizer o que quer em troca da paz», sentenciou o dirigente da FNLA presente em Adis Abeba, visivelmente assustado por se ver obrigado a abandonar a posição de equidistância até agora assumida.

Pelo seu lado, um dos delegados do CICV em Luanda insurgia-se contra a insistência de Margareth Anstee numa «trégua humanitária». Na opinião deste veterano de muitas guerras africanas, **«o cessar-fogo sem acordo político é o pior que pode acontecer. Podem escrever que Angola deu hoje um grande passo para se aproximar da Europa e está à beira de se transformar numa segunda Jugoslávia».**

Menos pessimistas, os observadores acham que **«os EUA têm meios de pressão suficientes para impor o cessar-fogo e o regresso às negociações».** Para António Monteiro, **«a batalha decisiva não se trava no Huambo mas em Washingon e nas capitais ocidentais. Só nos resta esperar, procurando travar as bravatas dos 'duros' de ambas partes».**

Queda de Huambo vira a página da guerra de Angola

PÚBLICO, 8 3.93

Savimbi impõe condições

Fernando Sousa, com António Matos, em Luanda

Savimbi não perdeu tempo. Logo a seguir à conquista do Huambo, propôs negociações com o Governo, não em Adis Abeba mas em Genebra, sem condições e com uma agenda aberta. Em Luanda reina o embaraço. Ontem à noite, o Governo ainda não reconhecera a queda da segunda cidade de Angola, que continua a ser bombardeada por aviões MiG governamentais.

Consequente com a posição de força que acaba de conquistar com a tomada militar do Huambo, a segunda cidade do país, a UNITA propôs ontem ao Governo angolano a realização de negociações na próxima semana, em Genebra e com uma ordem do dia "aberta e incondicional".

A oposição armada angolana propõe a cessação dos bombardeamentos aéreos ao Huambo e a ausência, na delegação governamental, de antigos companheiros "forçados a fazer um papel triste, gerador de um clima viciado e contrário a uma negociação sincera", nos termos do comunicado distribuído à agência Lusa pelo seu delegado em Nova Iorque, Jardo Muekalia.

Mas a alegada conquista da capital do Planalto Central proporcionou ainda à UNITA reafirmar o país "indivisível" e preconizar "um Estado unitário" embora "com uma considerável descentralização administrativa, dando espaço à expressão da diversidade do tecido social angolano e agilisando (sic) o processo de reconstrução e desenvolvimento económico do país".

"Queda total"

Cinquenta e cinco dias depois de iniciados os confrontos, em 9 de Janeiro, a organização liderada por Jonas Savimbi anunciou sábado à noite a "queda total" da segunda cidade do país e o hasteamento da sua bandeira, pelas mãos do general Demóstenes Chilingutila, no Palácio do Governador, onde os resistentes se teriam rendido.

O representante da UNITA em Paris, Marcelino Sanjaende, disse à France Presse que os vencedores tinham em seu poder cinco mil prisioneiros e uma elevada quantidade de material de guerra apreendido. Mas acrescentou que os bombardeamentos continuam através de aviões MiG-23, apesar de serem agora "injustificados".

Marques Kakumba, secretário para os Assuntos Africanos da UNITA para a África Ocidental, afirmou em Abidjan (Costa do Marfim) que os combates em Huambo "causaram muitos prejuízos em ambos os lados" mas que nenhum balanço sobre vítimas era ainda possível.

A mesma fonte disse ainda que entre os presos se encontram muitos oficiais superiores governamentais, incluindo o comandante Sukissa, da polícia Anti-Motim, e que o jornalista angolano William Tonet, correspondente da BBC e da SIC, tinha sido preso no Palácio do Governador, onde se tinham entricheirado as forças leais.

A UNITA afirma ter em seu poder mensagens do comandante da polícia Anti-Motim, Sukissa, dirigidas ao Presidente José Eduardo dos Santos, "que não deixam dúvidas quanto às circunstâncias que deram origem à batalha do Huambo. O chefe de Estado terá instruído Sukissa para "expulsar a UNITA" da cidade. "Foi esta a faúlha que incendiou o rastilho", lê-se no comunicado emitido em Nova Iorque.

Embaraço em Luanda

Mas o Governo não tinha admitido até ao fim da tarde a perda de Huambo. Nem o matutino "Jornal de Angola" nem a Rádio Nacional fizeram qualquer alusão à queda da cidade. Uma alta patente militar disse ao PÚBLICO, em Luanda, que ainda havia resistência das tropas governamentais, nomeadamente no Palácio do Governo, desmentindo a prisão do superintendente Sukissa, com quem garantiu ter falado ao telefone.

Os generais angolanos estiveram de manhã em grande agitação. Corria o rumor de um comunicado ao fim da tarde. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general João de Matos, foi cedo para a Catumbela, situada entre Benguela e Lobito, dotada de uma excelente pista de aviação construída pelos cubanos, onde desde Janeiro está sediado o comando operacional das FAA. Ao fim do dia soube-se que o comunicado tinha sido adiado para hoje de manhã.

Entrevistado em Harare, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Chicoti, disse à AFP que, embora não dispondo das últimas informações do terreno, "a queda de Huambo não é um facto consumado", e que os combates prosseguem com uma "extrema violência". Reconheceu que "nunca, salvo talvez durante a Segunda Guerra Mundial, tantas pessoas foram mortas em tão pouco tempo".

Há indícios vários de que o Governo prepara uma contra-ofensiva a partir do litoral. Mas diplomatas em Luanda mostravam-se ontem cépticos quanto à eficácia dos reforços enviados há três semanas. Mas Chicoti disse que as duas colunas que partiram de Benguela continuam a aproximar-se lentamente de Huambo devido às estradas minadas, às pontes destruídas e aos pontuais confrontos com forças da UNITA.

Huambo, cidade que contava 800 mil habitantes antes dos combates, e onde agora estarão entre 200 mil e 300 mil pessoas, é o centro das regiões habitadas por ovimbundos, a maior etnia dos 10,5 milhões de habitantes que Angola terá. Estimativas não oficiais apontam para dez mil mortos e 20 mil feridos na cidade onde falta energia eléctrica, água, medicamentos e víveres.

Contra-ataque ao Soyo

A guerra está generalizada a todo o território. Isto mesmo admitiu Jorge Chicoti. A Vorgan anunciou que está em preparação um contra-ataque governamental ao Soyo, com "cerca de 200 mercenários brancos", o que a acontecer terá "consequências imprevisíveis". A região está sob controlo da UNITA desde meados de Janeiro.

Mas, para o Governo, o Soyo não é neste momento um objectivo militar prioritário, apesar de se tratar de uma importante região petrolífera. "Noventa por cento do petróleo do Soyo é extraído em plataformas no alto mar", disse ao PÚBLICO uma fonte militar.

As Nações Unidas decidiram entretanto evacuar os seus três últimos observadores do enclave de Cabinda, depois de um deles ter sido ferido a tiro, num braço, por assaltantes não identificados, disse em Luanda o porta-voz da ONU, João Lins de Albuquerque.

Desde que a guerra recomeçou, as Nações Unidas encerraram 62 dos 67 postos de observação em Angola. Os centros ainda abertos situam-se em Luanda, Lubango, Benguela, Namibe e Sombé.

A emissora rebelde anunciou também que ocorreram confrontos em Malanje, na madrugada de quinta-feira. Luanda reconhece que houve um ataque de comandos mas que foi repelido nessa mesma noite. Metade da cidade está dominada pela UNITA. ■

Angolan Rebels Warn Foreign Oil Firms

HERALD TRIBUNE, 10.3.93

The Associated Press

LUANDA, Angola — UNITA rebels warned foreign oil companies Tuesday of a "violent and extensive" response if the government attacked the rebel-held areas of petroleum-rich northern Angola.

UNITA, which recently won a two-month battle for the central city of Huambo, was apparently trying to prevent a government assault on Soyo, which was won in one of the rebels' most important victories since Angola's 17-year-old civil war resumed in October.

"Our response will be violent and extensive," the group said in a radio announcement. "There is no doubt that in the case of an attack, the oil sector will be neutralized and its regional infrastructures affected."

Also on Tuesday, Jonas Savimbi, the UNITA leader, gave a speech calling all former UNITA fighters to rejoin him "for the sake of bringing dignity to the Bantu people in their land of origin."

Continua na página 11

As novas regras da guerra e da paz

António Matos
em Luanda

Ao anunciar a conquista do Huambo, a UNITA retoma a iniciativa política em Angola, avançando de imediato com a proposta de um encontro com o Governo, mas agora em Genebra. Um volte-face que deixa reféns Luanda, a ONU e os observadores do processo de paz. De Bicesse, nada resta. Volta o fantasma da secessão.

Condenada internacionalmente pela recusa do resultado das eleições de 29 e 30 de Setembro de 1992; responsabilizada pelo regresso da guerra a Angola; e, mais recentemente, acusada de inviabilizar as negociações de paz pela sua ausência de Addis-Abeba, a UNITA reconquista a iniciativa política em Angola depois de anunciar a conquista de Huambo.

Coincidindo com este anúncio, a organização rebelde de Jonas Savimbi avançou imediatamente com a proposta de uma nova ronda negocial com o Governo angolano. Por uma vez, os problemas de comunicação várias vezes invocados no passado recente, para justificar nomeadamente a ausência de contacto com as Nações Unidas, parecem terem sido resolvidos.

Na posse do importante trunfo em que se transformara o Huambo, a oposição armada vai agora mais longe e propõe novas regras para o jogo de guerra e paz em Angola: um novo local para as negociações com o Governo, Genebra, e uma nova agenda, "aberta", isto é, não condicionada pela observação dos Acordos de Bicesse, nem pelos resultados eleitorais, mas sim pela realidade das relações de força no território.

A disponibilidade para as negociações, anunciada pelo representante do movimento rebelde em Washington, passa a ser um dado novo para o secretário-geral das Nações Unidas, que ainda hoje deverá receber da sua representante especial em Angola, Margaret Anstee, um exaustivo relatório sobre as suas malogradas tentativas para levar a UNITA à mesa das negociações.

Sem esta iniciativa, a UNITA sofreria certamente mais uma condenação do Conselho de Segurança, organismo que esta semana deveria ser consultado por Butros-Ghali sobre a questão angolana. O Conselho de Segurança adoptou em 29 de Janeiro último a resolução 804, na qual a UNITA era pronunciada como violadora dos Acordos de Bicesse e condenava a participação de tropas sul-africanas e zairenses nas acções militares da oposição armada angolana.

Ao dizer-se disponível para uma nova ronda negocial, a UNITA antecipa-se ainda a uma posição de maior rigor dos três países observadores do processo de paz, cujas capitais se encontram em consultas depois do insucesso da tentativa de diálogo na capital etíope. No seu recente encontro de Lisboa, preparatório da malograda ronda negocial de Adis Abeba, Portugal, Rússia e Estados Unidos ameaçaram "com severas sanções da comunidade internacional" a parte que obstasse ao regresso da paz em Angola.

Ao faltar ao encontro de Addis-Abeba, a UNITA ficara à mercê dessa punição. Mas este quadro pode agora estar virtualmente afastado, já que não é de prever que os observadores venham a assumir a responsabilidade de desperdiçar a oportunidade de diálogo proposta pelo movimento rebelde angolano.

O fantasma da secessão

Para Genebra, a UNITA propõe uma nova agenda e uma diferente composição da delegação de Luanda. Por um lado, o movimento de Savimbi rejeita a presença dos generais MacKenzie e Zacarias — militares da UNITA que se encontram sob custódia do Governo angolano desde a batalha de Luanda, travada entre 1 de Outubro e 2 de Novembro — que por duas vezes viajaram para a capital etíope na delegação governamental. Por outro lado, dá importância especial ao cessar-fogo, com a cessação dos "bombardeamentos ao Huambo na ausência de combates", cenário que lhe permitiria consolidar o ascendente no Planalto Central.

A UNITA parece ainda apostada em fazer tábua-rasa dos acordos de paz assinados em Bicesse em 31 de Maio de 1991, em cujo quadro se realizaram as eleições de Setembro e se procedeu à formação das Forças Armadas Angolanas (unificadas). E deu, com o acto simbólico de hastear a bandeira do "galo negro" no palácio governamental do Huambo, um golpe definitivo na cláusula dos acordos de Bicesse que prevê a presença da administração do Estado em todo o território.

Não é novidade o controlo de uma capital de província pela UNITA: desde os primeiros dias de Outubro, o movimento rebelde passou a controlar Caxito (capital do Bengo, a 60 quilómetros de Luanda), N'Dalatando (Kuanza Norte), Uíje (Uíje) e M'Banza Congo. Mas a cidade do Huambo, a segunda mais importante do país, tem uma importância particular. Não foi por acaso que a UNITA elegeu como teste decisivo para a decisão do poder em Angola um terreno simultaneamente favorável e relevante.

Em 1975, Savimbi chegou a declarar a ex-Nova Lisboa capital de uma outra Angola e esse cenário de secessão não está excluído como solução final do conflito em que está mergulhado este imenso e potencialmente rico país. A UNITA tem neste momento ascendente militar em mais de dois terços do território e enquanto não houver uma solução global do conflito a divisão do país permanecerá como um fantasma.

Um logro da CNN

O anúncio da conquista do Huambo pela UNITA causou grande impacte nos países do Ocidente, tendo sido destacado em vários noticiários das mais importantes cadeias de informação. Foi o caso da CNN — canal norte-americano —, que abriu alguns noticiários de ontem com a informação de que Huambo caíra nas mãos do movimento rebelde de Savimbi. A informação em directo, neste caso, fez-se com recurso a imagens apócrifas.

A peça da CNN, ao meio-dia de ontem, hora de Luanda, era ilustrada com imagens do Cubal, localidade da província de Benguela, a meio-caminho entre esta cidade e a capital do Planalto Central onde esteve recentemente uma equipa da cadeia americana de televisão. As imagens eram legendadas com um oráculo onde se escrevia "Huambo today". ■

PÚBLICO, 8.3.93

Continuação da página 10

Angolan Rebels Warn Foreign Oil Firms

"I am launching a general appeal to all UNITA armed forces," he said. "We have uniforms, arms, ammunition, bombs and food."

There was no immediate UN or Western reaction to Mr. Savimbi's speech. But U.S. diplomats, as in the past, sharply rebuffed UNITA's threats to petroleum facilities.

Angola's oil fields, which in rare moments of peace are productive and its principal source of dollars, are operated by American, Belgian, Italian and French companies.

A spokesman for the U.S. liaison office in Luanda said UNITA had been told to keep its hands off American oil installations. The spokesman, who refused to be further identified, did not specify what steps might be taken should oil company property or personnel be attacked.

The Belgian company Petrofina SA operates onshore wells near Soyo which it owns together with the U.S. company Texaco Inc. and the Angolan state oil company Sonangol. Petrofina operations came to a halt on Jan. 18 after UNITA captured Soyo and burned several wells.

Texaco's offshore operations were temporarily stopped, but have resumed, said Arlindo Ferreira, a Petrofina official. The operations of Chevron Corp. in the Angolan enclave of Cabinda, between Zaire and Congo, have been threatened by UNITA in the past but continue.

Expecting a government offensive, UNITA claimed to have put its forces on alert in Soyo, N'Zeto and Ambrizete — a string of cities along the Atlantic coast.

Fighting was reported around Soyo, Mr. Ferreira said, but the reports could not be verified.

General João de Matos, the Angolan government's military chief of staff, said Monday night that the loss of Huambo after 56 days of fighting did not mean that the government had lost the war.

But he repeated an earlier warning of a war lasting one or two years with high casualties and said that civilian casualties would be inevitable because the fighting had moved into the cities.

On Monday, the parliament approved mandatory military service for men.

UNITA, the National Union for the Total Independence of Angola, is believed to hold about 75 percent of Angolan territory.

Conversações preparatórias na África do Sul

PÚBLICO, 6 3.93

Entre o cepticismo e a esperança

*Jorge Heitor**

A generalidade da população da África do Sul está céptica quanto à capacidade dos políticos para ultrapassar a crise que o país tem vivido nos últimos 10 meses, mas alguns analistas crêem que no fim de Março poderá finalmente arrancar a Codesa 3. Com este ou com outro nome, menos evocativo de anteriores falhanços.

Vinte e seis partidos e movimentos da República da África do Sul deverão encerrar hoje à tarde, nos subúrbios de Joanesburgo, a reunião preparatória — ontem iniciada — de uma nova fase do processo negocial que dote o país de uma Constituição transitória, pós-apartheid.

Figuras como o arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, e o presidente do Governo Regional do Kwazulu, Mangosuthu Buthelezi, foram rápidas em dizer que se trata de uma "reunião histórica"; mas o cidadão comum já ouviu tantas vezes estas palavras empoladas que só quando verdadeiramente vir avançar o processo é que acredita nele.

A Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), lançada no fim de 1991, emperrou em Maio do ano passado, devido às divergências entre os diversos participantes, designadamente entre o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Partido Nacional, que está no Governo desde 1948.

Era para se ter verificado uma terceira fase (Codesa 3) em meados de 92, mas entretanto a chacina de 45 pessoas na localidade de Boipatong — no mês de Junho — ajudou bastante a que se verificasse um retrocesso de mais de 10 meses na caminhada para um entendimento entre todas as forças políticas e sociais do país, a começar pelo ANC, de Nelson Mandela, o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, e o Partido Inkatha, do chefe tradicional Buthelezi.

Sinais de progresso

Desta vez, depois de o Governo de Frederik de Klerk ter vindo a proceder a consultas separadas com os diversos actores do complexo drama sul-africano, a reunião preparatória de Kempton Park, na zona da Grande Joanesburgo, congregou mais grupos do que aqueles que haviam participado nas duas fases da Codesa. E se eles realmente forem todos à conferência formal que se prepara para o fim deste mês, ou para o princípio de Abril, já poderá ser um progresso, em relação ao marca-passo a que se tem vindo a assistir desde há quase um ano.

Designadamente, conta-se agora com a presença do Partido Conservador (de brancos situados à direita do Partido Nacional), da pequena União Popular Afrikaner e do Congresso Pan-Africano (PAC), que é uma organização negra radical situada à esquerda do ANC.

De fora permanecem, contudo, outro grupo de extrema-esquerda, a Organização dos Povos da Azânia (AZAPO), e alguns pequenos grupos da extrema-direita, como o Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), liderado por Eugène Terre'Blanche.

Por outro lado, foi ontem anunciada a detenção de três homens acusados de implicação no assassínio de seis crianças negras, crime verificado há dias na província do Natal; e o desenvolvimento deste caso poderá ser mais um golpe nas tentativas de desanuviamento.

Nos últimos três anos, a violência na África do Sul, designadamente entre simpatizantes do ANC e do Inkatha, este último um partido de base zulu, causou já 8.000 mortos, sendo pois um dos problemas básicos a enfrentar por todos aqueles que desejem normalizar a vida no país.

Processo imprevisível

Nunca se pode dizer com segurança como é que evoluem processos do género do sul-africano, do angolano ou do moçambicano, mas o Governo de Pretória e outros parceiros admitem que em Abril e Maio se possa elaborar um texto constitucional provisório e chegar a acordo sobre o que irá ser a África do Sul nos últimos anos deste século.

Desejaria Frederik de Klerk que em Junho o país fosse dotado de um Conselho Executivo de Transição e que entretanto se criasse uma comissão independente para organizar a primeira ida às urnas, em pé de igualdade, de todos os cidadãos, sejam eles brancos, negros, mestiços ou de qualquer outro grupo.

Queria o ANC que as eleições da Assembleia Constituinte fossem já no fim deste ano, mas — como os cadernos eleitorais ainda não estão elaborados e como todos este processo poderá ainda conhecer novos sobressaltos — não é de admitir com uma certa dose de realismo que se possam concretizar antes de Abril de 1994.

O movimento liderado por Nelson Mandela pretende conseguir mais de 50 por cento dos lugares na Constituinte e instituir uma administração centralizada, mas o Partido Nacional e o Inkatha, principalmente este, tendem mais para uma forma federal de Governo.

Buthelezi, que não se conforma com a ideia de o seu partido não conseguir eventualmente mais de 10 por cento do eleitorado no conjunto da África do Sul, defende mesmo o projecto de uma confederação, a fim de poder ao menos ficar à frente de um Estado Kwazulu-Natal a que seria dada a maior autonomia regional possível, a raiar as margens da independência. ■

***com Steven Lang, em Joanesburgo**

Moçambique

PÚBLICO, 3 3 93

ONU liberta verbas

AS NAÇÕES Unidas destinaram nove milhões e meio de dólares ao desenrolar das suas operações em Moçambique (ONUMOZ) durante a primeira quinzena de Março, enquanto começam a chegar as tropas estrangeiras encarregadas de garantir a consolidação da paz.

Em relação aos primeiros 180 militares italianos armados, o chefe da ONUMOZ, Aldo Ajello, referiu ontem à imprensa o seu agrado por terem estado a receber as tropas representantes do Governo e da Renamo, e pelo bom relacionamento que encontrou, no centro do país, entre as autoridades e os membros daquele movimento de oposição.

Aldo Ajello citou como exemplo a realização de um comício da Renamo na cidade da Beira, com a presença de alguns milhares de pessoas, sem qualquer conflito ou dificuldade e com ampla cobertura informativa.

O resto do batalhão italiano deverá chegar à Beira a partir de 21 de Março, data em que se prevê a atracagem do segundo navio com equipamento e abastecimentos.

Ajello referiu-se, igualmente, a uma série de incidentes que têm ocorrido entre meios aéreos da ONU e as autoridades moçambicanas.

Os incidentes consistiram em aviões e helicópteros que entraram no espaço aéreo moçambicano sem autorização e na aterragem de dois helicópteros das Nações Unidas, um no campo de jogos de uma escola, no Chimoio, outro no recinto do porto de Nacala.

Ajello esclareceu que, normalmente, nos países onde as Nações Unidas actuam estabelece-se um acordo que concede aos capacetes azuis determinados privilégios. No entanto, em Moçambique ainda não foi estabelecido nenhum acordo desse tipo, pelo que deverão ser respeitados os regulamentos e regras locais. Mas algumas tripulações, provenientes de outros países onde há forças da ONU, supuseram que já haveria um acordo desse tipo.

Em relação ao helicóptero que aterrou numa escola o problema foi que o piloto não fala nem inglês nem português e não conseguiu contactar com a torre de controlo de Chimoio.

Aldo Ajello falou também das questões logísticas que continuam a ser invocadas pela Renamo para não fazer chegar a Maputo os elementos para as comissões ainda incompletas, e que atingem aspectos como o protesto pelas poucas vezes que a comida fornecida pelo Governo inclui bifes.

Segundo Ajello, o Governo não tem que resolver sozinho esses problemas e está a haver contactos com a comunidade doadora para tentar ultrapassar a questão. ■

João Ferraz, em Maputo

Primeiro-ministro italiano em Lisboa, com Cavaco Silva

PÚBLICO, 3.3.93

Evitar repetição de Angola

O PRIMEIRO-ministro português afirmou ontem ser fundamental que se instale um clima de confiança entre o Governo moçambicano e a Renamo, para que não se repita em Moçambique o drama vivido em Angola. Para Cavaco Silva, Portugal "teve e tem uma posição de isenção em relação às partes envolvidas no processo de paz para Moçambique". "Temos muito a aprender com Angola", diria ainda, numa conferência de imprensa que se seguiu a uma reunião de mais de três horas com o seu homólogo italiano, Giuliano Amato, que efectuou ontem uma "visita relâmpago" a Lisboa. Antes do regresso a Roma, o primeiro-ministro de Itália foi recebido por Mário Soares, no Palácio de Belém.

A Itália foi mediadora das conversações entre a Renamo e o Governo de Moçambique, e Amato reafirmou em São Bento o "completo empenhamento" do seu país na pacificação moçambicana. A prová-lo estão os 55 milhões de contos disponibilizados na passada segunda-feira pelo Executivo italiano para financiar a participação de tropas suas no processo de paz.

Também Angola foi tema para o diálogo entre Cavaco Silva e Giuliano Amato, ontem, na residência oficial do primeiro-ministro português, que informou o governante italiano da "situação dramática que se vive no território, particularmente no Huambo".

Cavaco Silva recusou-se, na conferência de imprensa, a fazer qualquer comentário sobre a situação angolana, enquanto Amato acrescentou apenas ser necessário "reconduzir as duas partes ao caminho da paz".

Outro tema das conversações Cavaco-Amato foi a necessidade de reforçar o diálogo entre a Comunidade Europeia, nomeadamente dos estados do Sul, e o Magrebe. "Apesar de a Comunidade estar virada para os seus vizinhos do Leste, existem razões vitais para uma colaboração profícua com os países magrebinos", afirmou Giuliano Amato — ideia reforçada por Cavaco Silva, que manifestou a sua esperança no retomar em breve do diálogo 5+5 (entre os países do Sul da CE e os países do Magrebe).

Antes do regresso a Itália, Giuliano Amato, um socialista de 54 anos, foi recebido em audiência pelo Presidente da República, no Palácio de Belém, concluindo assim a sua primeira (e, provavelmente, última) visita oficial a Portugal. A actual situação política italiana, perturbada por escândalos sucessivos, não permitirá adivinhar vida longa ao Executivo italiano. ■

Briosa e Gala em Moçambique

PÚBLICO, 3 3.93

Preparar participação portuguesa no processo de paz

O SECRETÁRIO de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, encontrou-se ontem, em Maputo, com o representante especial das Nações Unidas em Moçambique e com o chefe da delegação da Renamo nas estruturas que asseguram a transição do país, Raul Domingos. Ambos os encontros, que duraram mais de uma hora cada, serviram para abordar o andamento do processo de paz moçambicano e a futura participação de Portugal na formação do novo exército nacional único.

Quanto ao encontro que o governante português irá manter com o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, antes de regressar a Lisboa na próxima sexta-feira, não foi ainda definitivamente marcado. Ontem à tarde, Briosa e Gala — que se encontra na capital moçambicana desde domingo, tendo já tido diversos encontros com as autoridades locais — recebeu ainda os representantes dos quatro partidos de oposição legalizados: Unamo, Fumo, Monamo/PSD e PCN.

Hoje, o secretário de Estado português será recebido pelo primeiro-ministro, Mário Machungo, e pelos ministros moçambicanos da Educação e Finanças, Aniceto dos Muchangos e Eneias Comiche. Amanhã, Briosa e Gala deslocar-se-á à cidade da Beira, onde inaugurará um centro cultural português, e ao Songo, visitando a central hidroeléctrica de Cahora Bassa, de capital maioritariamente português.

Portugal na Onumoz

Uma equipa de reconhecimento de oficiais de transmissões do Exército português parte no próximo sábado para Moçambique, onde vai preparar a chegada de uma unidade que constituirá a maior participação portuguesa num contingente multinacional de paz.

A equipa inicial será composta por quatro oficiais e chefiada pelo coronel Manuel Cruz Fernandes, a quem compete a avaliação das necessidades de comunicações que o Exército português coordenará em Moçambique no âmbito da Força das Nações Unidas ali estacionada (Onumoz), encarregada de assegurar o processo de paz. A futura unidade, a primeira do género com que Portugal participa num esforço de paz no âmbito da ONU, deverá ser integrada por 230 militares, o equivalente a um batalhão de transmissões.

O comandante da unidade será o tenente-coronel José Manuel Pinto de Castro, actual director do depósito de material de transmissões do Exército, e o segundo-comandante o major Joaquim Arriaga da Câmara Stone. O major Stone foi durante cerca de um ano o responsável pelas comunicações das forças portuguesas envolvidas na missão temporária de paz em Angola, no Huambo e em Luanda, além de ter assegurado funções de instrução do novo exército angolano.

O batalhão partirá para Moçambique nos primeiros dias de Abril e a sua missão será estabelecer e manter a ligação com os diversos comandos das forças da ONU e as zonas de acantonamento das tropas moçambicanas. ■

PÚBLICO, 5 3 93

Japoneses investigam em Moçambique

UMA missão de investigação do Governo japonês partiu ontem para Moçambique, onde vai estudar a eventualidade da participação de militares nipónicos na operação de manutenção de paz da ONU no país — revelaram fontes oficiais. Até ao momento, o Governo de Tóquio está muito reticente em empenhar efectivos naquela missão e fontes políticas japonesas dizem que o primeiro-ministro, Kiichi Miyazawa, é um dos principais adversários da ideia, por recear que ela levante protestos de uma opinião pública ainda maioritariamente apoiante do carácter pacifista da constituição. ■

ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL – CADASTRO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL (1970-1990)

À VENDA NO CEAA (US$ 10.00)

Um importante instrumento de pesquisa para os estudiosos

PÚBLICO, 3 3 93

Remodelação à vista em Cabo Verde

MpD promete surpresas

COM a eleição, no sábado, do ministro das Pescas, Agricultura e Animação Rural, Gualberto do Rosário, para a liderança do grupo parlamentar do Movimento para a Democracia (MpD), aguarda-se para qualquer momento o anúncio de uma remodelação governamental em Cabo Verde. Este facto, que ocorre um mês depois da convenção desse partido, vem contrariar a ideia inicial de Carlos Veiga de não mexer na sua equipa governativa.

Logo após a convenção, o chefe do executivo da Praia garantiu à imprensa que não iria remodelar o Governo, alegando que isso iria no mínimo atrapalhar o ritmo dos projectos que tinha em andamento. Tudo indica, porém, que Carlos Veiga teve de se render às críticas, ouvidas quer durante a convenção quer na própria comissão política, onde se encontra em minoria.

Para além da substituição de Gualberto do Rosário, Carlos Veiga tem já em mãos a carta de demissão do ministro da Cultura e Comunicação, Leão Lopes, que tem sido o elemento mais contestado do Governo e o do actual secretário de Estado da Juventude e Promoção Social, Ondina Ferreira, cuja saída deste sector já é um dado adquirido.

Ondina Ferreira deverá ser substituída nas actuais funções pelo psicólogo José António dos Reis, até aqui secretário-executivo e líder da bancada parlamentar do MpD. Para o lugar de Gualberto do Rosário, fala-se nos engenheiros Horácio Soares e Carlos Lima, admitindo-se igualmente que as Pescas se autonomizem do seu antigo ministério e fiquem a cargo da actual secretária de Estado Helena Semedo.

Fontes do MpD têm afirmado que irá haver muitas surpresas, sem, contudo, entrar em pormenores, o que leva a admitir que Carlos Veiga pretenda alterar profundamente a sua equipa governativa. Uma das surpresas poderá ser a nomeação de dois vice-primeiro-ministros, sendo os mais cotados o titular dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, e o da Justiça, Eurico Monteiro.

Para além de alterações a nível governamental, aguarda-se que, a qualquer momento, sejam anunciados os nomes dos três altos dirigentes do MpD que irão dedicar-se ao partido a tempo inteiro. Um deles poderá sair do Governo e outro talvez seja o advogado Daniel Lobo, que até aqui responde pelo sector das relações externas do partido. O PÚBLICO soube que nem Eurico Monteiro nem Jorge Fonseca aceitaram a ideia de deixar o executivo, como Carlos Veiga pretendia, a pretexto de equilibrar as peças entre o partido, o Governo e a bancada parlamentar.

Ainda em relação ao grupo parlamentar, é já dado adquirido a profissionalização do primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional, António Espírito Santo. Germano Almeida, que se negou a ser ministro da Cultura e da Comunicação, além de ser um dos sete nomes que integram a direcção do grupo parlamentar, vai coordenar os deputados do seu partido em São Vicente. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

PÚBLICO, 7.3.93

Cabo Verde

Remodelação ministerial

O PRIMEIRO-MINISTRO Carlos Veiga estava ontem à tarde a ultimar uma remodelação ministerial que deveria incluir as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Cultura.

Reunido ao fim do dia com a comunicação social, numa instância turística do interior da ilha de Santiago, o líder do Movimento para a Democracia (MPD) ia ser instado a divulgar a composição do seu novo Governo.

Na véspera reunira-se a Comissão Política do MPD, convocada pelo chefe do executivo cabo-verdiano para informar os seus pares das alterações que decidira introduzir na equipa governativa.

Dos nomes adiantados por fontes partidárias é de destacar a saída do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, proposto por Veiga para secretário executivo do partido.

De acordo com a proposta de Carlos Veiga, a que o PÚBLICO teve acesso, o antigo titular da pasta da Economia e das Comunicações, Manuel Chantre, seria o novo ministro dos Negócios Estrangeiros. É um dos três empresários que o Governo foi buscar a Portugal e pedira para sair do executivo nos primeiros dias de Fevereiro.

Ainda no âmbito desta remodelação, dois nomes do actual executivo aparecem na proposta de Veiga em posição de força: Eurico Monteiro, ministro da Justiça e Trabalho, passa a ministro de Estado, da Justiça, da Administração Pública e do Trabalho; e José Tomás Veiga, titular das Finanças e do Planeamento, passa a ministro da Coordenação Económica. Os actuais secretários de Estado das Finanças, Úlpio Fernandes, e do Comércio, Indústria e Turismo, João Higino, ambos vindos de Portugal, tal como Chantre, passam a ministros adjuntos das mesmas pastas.

Outra surpresa é o nome de Helena Semedo, secretária de Estado das Pescas, que passaria a assumir o ministério das Pescas, da Agricultura e da Animação Rural, cargo até aqui ocupado por Gualberto do Rosário, eleito há poucos dias líder do grupo parlamentar do MPD.

Igualmente parece confirmar-se a indicação da secretária de Estado da Juventude e Promoção Social, Ondina Ferreira, para ministra da Cultura e da Comunicação (função anteriormente exercida por Leal Lopes) e a sua substituição por José António dos Reis, até aqui secretário executivo e líder do grupo parlamentar do MPD. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

COMUNICADO

Participamos a todos os estudantes que recebem o *clipping* NOTÍCIAS AFRICANAS a imediata necessidade de confirmação de seus endereços residenciais, para atualização de nosso cadastro e para que continuem recebendo regularmente a publicação.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos. Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto e Rodilson Gonçalves de Sá. – Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos**
Rua da Assembléia, 10/Conj. 501, Tel. (021)224-8622/R.259, Fax (021)507-1155
20119-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

Assinatura anual: US$ 200.00 – Assinatura semestral: US$ 100.00

95 450,00

IMPRESSO